



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência objetiva regular a contratação de Centro de Formação de Condutores para promoção de **processo de mudança de categoria de carteiras nacional de habilitação, para categorias “D”, e “E”**, para servidores do Departamento de Polícia Federal, lotados na Superintendência Regional em Mato Grosso do Sul.

1.2. A natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

2. DOS ITENS E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

			VALORES DE REFERÊNCIA	
ITEM	DESCRIÇÃO - SERVIÇO	Quant	Unitário	Total
		.		
1	Processo de mudança de categoria de Carteiras Nacional de habilitação, para categoria “D”, sem atividade remunerada, contendo todo o procedimento para tal finalidade (curso teórico necessário, 20 horas/aulas práticas, conforme Resolução CONTRAN nº 493/15, 01 (um) exame médico, 01 (um) exame prático, todo material didático e de consumo e todas as taxas do Detran/MS).	09	R\$ 1741,38	R\$ 15.672,42



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

2	Processo de Mudança de categoria de Carteiras Nacional de habilitação para categoria “E”, , sem atividade remunerada, contendo todo o procedimento para tal finalidade (o curso teórico necessário, 20 horas/aulas práticas, conforme Resolução CONTRAN nº 493/15, 01 (um) exame médico, 01 (um) exame prático, todo material didático e de consumo e todas as taxas do Detran/MS).	02	R\$ 2.900,00	R\$ 5.800,00
---	--	----	--------------	--------------

3.1. A Contratada deverá executar o serviço dentro das melhores normas técnicas, fornecendo todos os equipamentos necessários à perfeita execução contratual, conforme este Termo de referência.

3.2. Os exames e aulas deverão ser realizados na cidade de Campo Grande/MS.

4. JUSTIFICATIVA

4.1. A contratação se justifica pela necessidade da SR/DPF/MS de dispor de servidores com aptidão na condução de veículos de grande porte (categorias “D” e “E”), conforme justificativas apresentadas nos processos de solicitação de capacitação nºs 08335.020822/2015-21, 08335.021059/2015-56 e 08335.021060/2015-81.

05. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar fielmente e dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações deste Termo de Referência;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

- 5.2.** Fornecer os recursos didáticos e pedagógicos para a completa realização dos serviços, de acordo com as exigências do CONTRAN.
- 5.3.** Fornecer para as aulas práticas veículo próprio equivalente às categorias D para o item 1 e E para o item 2, de acordo com as exigências do CONTRAN.
- 5.4.** Executar todos os procedimentos necessários perante o DETRAN/MS, como matrícula, pagamento de taxas, dentre outros, a iniciar no prazo máximo de 5 dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.
- 5.5.** Apresentar instrutor uniformizado e com o veículo correspondente à categoria objeto da capacitação, que deverá cumprir os horários acordados entre contratante e contratada.
- 5.6.** A CONTRATADA ficará sujeita a aplicação de multa prevista no Edital, se não cumprir todas as especificações exigidas no Edital e Termo de Referência.
- 5.7.** Manter durante toda a execução do contrato a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.8.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta.
- 5.9.** Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão qualquer vínculo empregatício com a Contratante. e por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da Contratante.
- 5.10.** Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes deste Contrato.
- 5.11.** Apresentar, sempre que solicitado pela Contratante, cópia do certificado de registro do órgão público fiscalizador de suas atividades.
- 5.11.** A inadimplência da Contratada, não transfere à Administração a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1.** Solicitar a execução de serviços através da apresentação da respectiva Nota de Empenho.
- 6.2.** Exercer a fiscalização dos serviços executados por meio de cada servidor inscrito no curso, que atestará a execução da parte que lhe é inerente, pelo que deverá anotar as ocorrências dos serviços realizados, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou falhas observadas.
- 6.3.** Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;
- 6.4.** Notificar a contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- 6.5.** Rejeitar no todo ou em parte os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.
- 6.6.** Aplicar as sanções administrativas que se fizerem necessárias.
- 6.7.** Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo.
- 6.8.** Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

7. VALORES DE REFERÊNCIA

- 7.1.** Os valores máximos admitidos pela administração serão de R\$ 15.672,42 (quinze mil, seiscentos e setenta e dois reais e quarenta e dois centavos) referente às nove (09) inclusões na categoria “D” e R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais) referente à duas (02) inclusões na categoria “E”.

8. DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

- 8.1.** A Contratada será a única responsável por quaisquer consequências oriundas de acidentes que possam vitimar seus empregados no desempenho dos serviços atinentes



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ao objeto deste Contrato, ou em conexão com eles, devendo adotar todas as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor.

9. DO RECEBIMENTO, DA ACEITAÇÃO E DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado pelo NEOF/SR/DPF/MS, em moeda corrente nacional, mediante **Ordem Bancária**, e ocorrerá até o 30º (trigésimo) dia, contado do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura pelo setor responsável pelo pagamento, devidamente atestada pelo servidor que participou do curso e completou todas as fases a ele inerentes.

9.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A Nota Fiscal/ Fatura deverá ser emitida pela própria contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo Notas Fiscais/ Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aquelas de filiais ou da matriz. As Notas Fiscais deverão conter discriminação idêntica à contida na respectiva Nota de Empenho.

9.3. Antes da emissão da Nota de Empenho, será feita consulta “*on line*” ao SICAF, para verificação da regularidade da empresa.

9.4. Conforme **IN** conjunta **SRF/STN/SFC** nº 04, de 18 de agosto de 1997, serão retidos os percentuais referentes a tributos e contribuições federais, exceto no caso de pessoas jurídicas optantes pelo “**SIMPLES**”, e tributos municipais.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Conforme o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a administração, e será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º, da sobredita Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais cominações legais.

REINALDO FERNANDES SANTANA

Gestor do Telecentro/SR/DPF/MS

Membro da Equipe T&D/SR/DPF/MS